



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

244ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem do dia 08 a 09 de junho de 2016

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

244ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar.

Data: 08 a 09 de junho de 2016.

1 Aos oito dias do mês de junho de dois mil e dezesseis teve início a Ducentésima Quadragésima
2 Quarta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Coordenação
3 da Conselheira Solange Teixeira - Secretária Nacional de Renda de Cidadania/Representante do
4 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA. Estiveram presentes os seguintes
5 Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS: Sra. Mariana de Sousa Machado
6 NERIS – Secretária Nacional de Assistência Social/Representante do Ministério do
7 Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA; Sra. Bárbara Pinowska Cardoso Campo –
8 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Sra. Solange
9 Teixeira - Secretária Nacional de Renda de Cidadania/Representante do Ministério do
10 Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA; Sr. Alberto Albino dos Santos – Secretária Nacional
11 de Assistência Social/Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA;
12 Sr. Fábio Moassab Bruni - Secretária Nacional de Assistência Social/Representante do Ministério
13 do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA; Sra. Célia Maria de Souza Melo Lima –
14 Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Sr.
15 Clodoaldo José Oliva Munchinski – Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil; Sr. Carlos
16 Nambu – Representante da Inspetoria São João Bosco; Sra. Norma Suely de Souza Carvalho –
17 Representante da Capemisa Instituto de Ação Social; Sra. Maria José de Freitas – SNAS/MDS; Sra.
18 Rosângela Maria Soares dos Santos – Representante do Fórum Nacional dos Usuários de
19 Assistência Social - FNUSUAS/PA; Sra. Carmen Lúcia Lopes Fogaça - Organização Nacional de
20 Entidades de Deficientes Físicos; Sra. Luziana Carvalho De Albuquerque Maranhão –
21 Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO; Sra. Clátia
22 Regina Vieira – Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes Religiosas e
23 Filantrópicas; Sr. Benedito Augusto De Oliveira – Representante da Confederação Nacional dos

24 Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS; Sra. Pedrina Viana Gomes – Representante do
25 Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Sra. Maria Cristina De Oliveira Marques –
26 Representante do Ministério da Saúde – MS; Sra. Dionara Borges Andreani – Representante da
27 Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e
28 Agrário; Sra. Maira Leiliane Oliveira Almeida – Representante dos Estados/FONSEAS; Sr.
29 Maurício José Silva Cunha – Representante do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral –
30 CADI; Sra. Edna Aparecida Alegro – Representante da Federação Nacional das Associações
31 Pestalozzi – FENAPESTALOZZI; Sr. Samuel Rodrigues – Fórum Nacional da População de Rua;
32 Sr. Mário Lúcio Souto Lacerda – Representante da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do
33 Brasil – CTB; Sr. Leovane Gregório - Representante do Conselho Federal de Psicologia; Sra. Maria
34 Lúcia Nogueira Linhares Marquim - Representante dos municípios – CONGEMAS; Sra. Márcia
35 Cristina Leal Góes - Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência
36 Social/CONGEMAS; Luiz Otávio Pires de Farias; Silva Regina Ramires; Josenir Teixeira.
37 **ABERTURA. Convidados:** Sra. Eleonora Schettine – Professora do Departamento de Ciência
38 Política da UFMG. A Secretária Executiva do CNAS Maria das Mercês de Avelino Carvalho
39 informa que não há presidente e nem um vice-presidente eleitos para a nova gestão 2016/2018 e que
40 o regimento interno do Conselho Nacional, a resolução número 6 de 9 de fevereiro de 2011,
41 estabelece que nas ausência do presidente e do vice-presidente a presidência será exercida por um
42 dos membros titulares presentes escolhidos pela plenária para o exercício daquela função. A
43 Conselheira Solange se prontifica a coordenar a plenária juntamente com um Conselheiro da
44 Sociedade Civil Sr. Leovane e solicita que todos os Conselheiros se apresentem, após apresentação,
45 a Secretária Executiva Maria das Mercês realiza a conferência do quórum: Conselheiros na
46 titularidade: conselheira Marina de Souza Machado Neri, conselheira Bárbara Cardoso Campos,
47 conselheira Solange Teixeira, conselheiro Alberto Albino dos Santos, conselheiro Fábio Bruni,
48 conselheiro Luís Otávio Pires de Farias, conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima, conselheira
49 Maria Lúcia Nogueira Marquim, conselheiro Clodoaldo Oliva Muchinski, conselheiro Carlos
50 Nambu, conselheira Norma Sueli de Sousa Carvalho, conselheira Maria José Vasconcelos Barreto
51 Carvalho, conselheira Rosângela Maria Soares dos santos, conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça,
52 conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão, conselheira Clátia Regina Vieira,
53 conselheiro Benedito Augusto de oliveira. Conselheiros na suplência: Conselheira Pedrina Vieira
54 Gomes, conselheira Maria Cristina de Oliveira Marques, conselheira Dionara Borges Andreani,

55 conselheira Maira Leilane Oliveira Almeida, o conselheiro Mauricio José Silva Cunha, conselheira
56 Silva Regina Ramires, conselheira Edna Aparecida Alegro, conselheiro Samuel Rodrigues,
57 conselheira Tatiana Aquino Araújo, conselheiro Mário Lúcio Souto Lacerda, conselheiro Leovane
58 Gregório. A Conselheira Solange suspende a apreciação da Ata referente a reunião anterior para que
59 haja maior tempo para sua distribuição e análise aos novos Conselheiros. **Item – Leitura e**
60 **Aprovação da pauta.** A Conselheira Bárbara Pincowska Cardoso Campo – Representante do
61 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS procede a leitura da pauta: "*pauta*
62 *da reunião ordinária do CNAS a ser realizada em 7, 8 e 9 de junho de 2016 em Brasília DF.*
63 *07/06/2016 reunião trimestral com os conselhos estaduais de Assistência Social e posse dos*
64 *conselheiros do CNAS gestão 2016/2018, 9h às 13h reunião trimestral do CNAS com os presidentes*
65 *dos conselhos estaduais de Assistência Social, local sala 108 CNAS, 15h às 17h posse dos*
66 *conselheiros do CNAS para a gestão 2016/2018 local auditório do subsolo do edifício sede do*
67 *bloco A, Esplanada dos Ministérios. Dia 08/06/2016 plenária, 9h às 9h15 aprovação da ata do*
68 *243ª reunião ordinária do CNAS e da pauta do centésima quadragésima quarta reunião ordinária,*
69 *9h15 às 10h informes da presidência, secretaria-executiva, MDSA, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e*
70 *conselheiros, 10h às 12h apresentações das comissões do CNAS, comissão de ética do CNAS*
71 *coordenador da comissão gestão 2014/2016 Samuel Rodrigues. Comissão de acompanhamento aos*
72 *conselhos de Assistência Social coordenador da comissão de gestão 2014/2016, Solange Teixeira;*
73 *Comissão de Política de Assistência Social coordenador da comissão gestão 2014/2016, Anderson*
74 *Miranda; comissão de monitoramento das deliberações das conferências nacionais de assistência*
75 *social, coordenadora da comissão gestão 2014/2016 Aldenora González; 14h às 18h apresentações*
76 *das comissões do CNAS, comissão de financiamento e orçamento de assistência social coordenador*
77 *da comissão gestão 2014/2016 Fábio Bruni; comissão de normas de assistência social*
78 *coordenador da comissão gestão 2014/2016 Cláudia Faquinote; comissão de benefícios e*
79 *transferência de renda do CNAS coordenador da comissão gestão 2014/2016 Laís Maranhão.*
80 *Apresentação da presidência ampliada presidente do CNAS gestão 2014/2016 Edivaldo da Silva*
81 *Ramos, dia 09/06/2016 das 10h às 12h reunião dos representantes governamentais composição das*
82 *comissões temáticas e indicação do (a) presidente, presidenta do CNAS, reunião dos representantes*
83 *da sociedade civil composição das comissões temáticas e indicação do (a) vice-presidente,*
84 *presidenta do CNAS, 14h às 15h30 eleição e posse do (a) presidente, presidenta e vice-presidente*
85 *ou vice-presidenta do CNAS para o mandato em 2016/2017, 15h30 às 18h o papel dos conselheiros*

86 *do exercício do controle social e as atribuições do conselho no contexto da democracia*
87 *participativa, convidada doutora Eleonora Schettini professora do departamento de ciência*
88 *política da UFMG, doutora em ciência política UFMG principais áreas de pesquisa e trabalho*
89 *teoria democrática, participação, políticas públicas, assistência social. A Secretária Executiva*
90 *Maria das Mercês realiza leitura do Regimento Interno no que compete as eleições para fins de*
91 *esclarecimentos: "Artigo 7º do regimento do regimento interno do conselho nacional previsto na*
92 *resolução nº 6, na primeira reunião após a eleição da sociedade civil o CNAS elegerá por voto de*
93 *no mínimo dois terços dos seus membros titulares ou na titularidade o presidente, o vice-presidente*
94 *para cumprirem mandato de 1 ano permitido uma recondução para igual período. Parágrafo 1º: A*
95 *posse do presidente, do vice-presidente ocorrerá na mesma sessão da eleição e será dada pelo*
96 *colegiado; parágrafo 2º: Fica assegurada em cada mandato alternância entre a representação do*
97 *governo e da sociedade civil no exercício da função de presidente e de vice-presidente, respeitando*
98 *se os casos de recondução; parágrafo 3º: Fica assegurada preferencialmente em cada mandato*
99 *alternância dos segmentos que compõe a sociedade civil no exercício da função de presidente e de*
100 *vice-presidente; parágrafo 4º: Por deliberação de dois terços dos membros do CNAS titulares ou*
101 *no exercício da titularidade a eleição de que trata o Caput do artigo poderá ser realizada na*
102 *reunião subsequente. "Parágrafo 5º: Caso haja vacância do cargo de presidente, vice-presidente*
103 *assumirá interinamente e convocará eleição para eleger o presidente a fim de complementar o*
104 *respectivo mandato não se enquadra mais." Após contribuições e debates dos Conselheiros a*
105 *Conselheira Solange indica os seguintes **encaminhamentos**: após votação do quórum qualificado*
106 *do pleno, decidiu-se que: a sociedade civil indique o seu vice-presidente, e que a eleição e posse do*
107 *vice-presidente e do presidente do Conselho Nacional de Assistência Social seja realizada no*
108 *próximo pleno como primeiro item de pauta; que as atividades da tarde do dia seguinte sejam*
109 *remanejadas. **Item – Apresentação da Comissão de Política da Assistência Social.** O Sr.*
110 *Anderson Lopes Miranda – Movimento Nacional de População de Rua, inicia sua apresentação,*
111 *procedendo com a seguinte leitura: “Conselheiros titulares, governamentais: José Ferreira da Cruz*
112 *da Secretaria Nacional de Assistência Social, SNAS, Ministério do Desenvolvimento Social e*
113 *Combate à Fome – MDS, Maria das Graças Soares Prola, Célia Maria de Sousa Melo Lima,*
114 *representante dos estados. Ana Lúcia de Lima Starling, José Abraão de Castro, Ministério do*
115 *Planejamento, Orçamento e Gestão. Da sociedade civil: Anderson Lopes Miranda, Movimento*
116 *Nacional da População de Rua, Márcia de Carvalho Rocha, Lar Fabiano de Cristo; Edivaldo da*

117 *Silva Ramos, Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais. Conselheiro suplente,*
118 *governo: Elisabeth Sousa Cagliari Fernandes, Mariana de Sousa Silva, Ministério da Saúde – MS,*
119 *Juliana Picoli Agatte, Laís Maranhão Santos Mendonça, Secretaria Nacional de Renda e*
120 *Cidadania – SENARC. Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, Fábio Meireles H. de Castro. Lídio de*
121 *Matos Zambom, Ministério da Educação. Sociedade civil: Margareth Alves Dallaruvera,*
122 *Federação Nacional das Associações dos Assistentes Sociais – FENAS. Eufrásia Agizzio,*
123 *Associação Brasileira do Autismo, Jucileide Ferreira do Nascimento, Conselho Federal de Serviço*
124 *Social. Coordenação da Comissão de Política: Coordenador Anderson Lopes Miranda,*
125 *Coordenadora Adjunta Márcia de Carvalho Rocha. No âmbito da Secretaria-Executiva do CNAS a*
126 *Comissão de Política da Assistência Social conta com assessoria técnica operacional de*
127 *coordenação da política. Uma ótima avaliação para a Secretaria-Executiva. Servidores e*
128 *servidoras: Maria Auxiliadora Pereira, Coordenadora; Carolina Maria Ribeiro da Silva, Chefe de*
129 *Serviço. Ana Tereza Gomes, Maria Antônia Valente, Rosiele Bonfim. Assuntos discutidos na*
130 *Comissão de Política junho 2014 a junho de 2016. Acompanhamento do pacto de aprimoramento*
131 *do SUAS, a discussão é bimestral, e o acompanhamento pelo CNAS do pacto de aprimoramento do*
132 *SUAS com a presença de representantes do MDS, do CONGEMAS e do FONSEAS. Tipificação*
133 *nacional do serviço socioassistencial. A discussão e aprovação da Resolução CNAS nº 13 de 13 de*
134 *maio de 2014 que inclui na tipificação nacional de serviços socioassistenciais a faixa etária de 18 a*
135 *59 anos no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, visando à garantia e a proteção*
136 *integral dos indivíduos e famílias considerando todos os ciclos de vida. Programa Aprimora Rede.*
137 *Discussão, aprovação da Resolução CNAS nº 16 de 05 de junho de 2014 que altera a Resolução*
138 *CNAS nº 04 de 2014, que institui o Programa Nacional de Aprimoramento da Rede*
139 *Socioassistencial Privada do SUAS. Aprimora a rede visando expandir os prazos das etapas de*
140 *preenchimento do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS. Serviço de*
141 *proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioassistenciais em meio aberto, de*
142 *liberdade assistida e proteção de serviço à comunidade. A discussão e aprovação da Resolução*
143 *CNAS nº 18 de 05 de junho de 2014 que dispõe sobre a expansão e a qualificação dos serviços de*
144 *proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioassistenciais em meio aberto, de*
145 *liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade, exercício de 2014. Programas,*
146 *prorrogação do prazo de implantação dos serviços para os municípios, Distrito Federal, que*
147 *realizaram o aceite da expansão dos exercícios no exercício de 2012. A discussão e aprovação da*

148 *Resolução CNAS nº 19 de 05 de junho de 2014, que prorroga por um ano a contar da data de*
149 *encerramento da vigência e definição inicialmente o prazo para o cumprimento da implantação dos*
150 *serviços de proteção social básica, em especial para os municípios e Distrito Federal que*
151 *realizaram o aceite da expansão no exercício de 2012 dos seguintes serviços: Proteção de*
152 *Atendimento Integral à Família – PAIF, Proteção e Atendimento Especializado à Família e aos*
153 *Indivíduos – PAEFI. Especializado para pessoas em situação de rua, especializado em abordagem*
154 *social, proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias em Centros-*
155 *Dia, acolhimento institucional para adultos e famílias, e acolhimento institucional na modalidade*
156 *residência inclusiva. A atualização do programa Capacita/SUAS, discussão e aprovação da*
157 *Resolução CNAS nº 28 de 2014 que altera a Resolução CNAS nº 08 de 16 de março de 2012 que*
158 *institui o Programa Nacional de Capacitação do SUAS, e aprova o procedimento dos critérios para*
159 *adesão dos estados e do Distrito Federal no cofinanciamento federal. A atualização do programa*
160 *ACESSUAS/Trabalho, discussão e aprovação da Resolução CNAS nº 27 de 14 de outubro de 2014*
161 *que altera a Resolução CNAS nº 18 de 24 de maio de 2012, que institui o Programa Nacional de*
162 *Promoção ao Acesso ao Mundo do Trabalho, ACESSUAS/Trabalho. Representação e*
163 *representatividade. Discussão e aprovação da Resolução CNAS 06 de 2015 que regulamenta o*
164 *entendimento à cerca dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social e revoga a*
165 *Resolução CNAS 23 de 2006. Discussão e aprovação da Resolução CNAS 11 de 2015, que*
166 *caracteriza os usuários na política pública de assistência social, no Sistema Único de Assistência*
167 *Social e revoga a Resolução nº 24 de 2006. Supervisão técnica no Sistema Único de Assistência*
168 *Social. Discussão e aprovação da Resolução CNAS nº 06 de 2016 que estabelece o parâmetro para*
169 *supervisão técnica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS em consonância com*
170 *Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – PNEP/SUAS.*
171 *Plano de ação da Comissão de Política de Assistência Social. Meta 1 – Exercer o controle social e*
172 *a fiscalização da Política de Assistência Social por meio do acompanhamento e da avaliação da*
173 *gestão do SUAS. Meta 2 – Acompanhar e fiscalizar a manutenção/expansão e qualificação dos*
174 *serviços, benefícios e as unidades do Sistema Único de Assistência Social. Meta 3 – Aprovar,*
175 *acompanhar e orientar os conselhos de assistência social no processo de controle social e*
176 *fiscalização dos programas socioassistenciais. Meta 4 – Exercer o controle social das ações de*
177 *combate ao trabalho infantil. Meta 5 – Intersetorialidade e interinstitucionalidade.”* **Item –**
178 **Apresentação da Comissão de Acompanhamento das Conferências de Monitoramento das**

179 **Deliberações da Conferência.** A Sra. Aldenora Gomes Gonzalez – Instituto Ecovida, explica
180 sobre a referida Comissão, informando que a Resolução CNAS nº 03 de março de 2013 institui o
181 grupo de trabalho, o GT, com o objetivo de desenvolver o monitoramento das deliberações das
182 conferências nacionais de assistência social de 2005, 2007, 2009 e 2011, e orientações
183 metodológicas aos conselhos de assistência social dos municípios, estados e do Distrito Federal para
184 o monitoramento sistemático e continuado de suas conferências. E este GT gerou um produto que
185 foi a análise das deliberações de cada eixo da IX Conferência da Assistência Social na dimensão do
186 controle social. A Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de
187 Assistência Social tem de natureza paritária e permanente, é composta por seis membros, seis
188 conselheiros e dentro da sua composição diz o Artigo 2º que a Comissão de Monitoramento das
189 Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social compõe-se de seis membros com
190 representação paritária, eleitos pela plenária do CNAS, dentre eles um coordenador e um
191 coordenador adjunto. O § 1º - A Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências
192 Nacionais será composta por conselheiros com mandato vigente. § 2º - O coordenador e o
193 coordenador adjunto serão escolhidos na plenária do CNAS a partir da indicação dos membros da
194 comissão. Artigo 3º - A Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais
195 de Assistência Social se reunirá por convocação do presidente do CNAS semestralmente ou de
196 forma extraordinária. Integrantes desta comissão: Fábio Moassab Bruni, Coordenador Adjunto;
197 Maria Lúcia Nogueira Linhares Martins e Pedro Tomaz. Atualmente o Sr. Pedro não figura como
198 Conselheiro. Representantes da sociedade civil: Aldenora Gomes Gonzáles, Coordenadora;
199 Jucileide Nascimento, Naelson da Silva Ferreira, os três ex-conselheiros. Competências da
200 comissão, Artigo 6º - A Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais
201 de Assistência Social tem as seguintes competências: 1º - Propor metodologia para o
202 acompanhamento e monitoramento continuado das deliberações das Conferências Nacionais de
203 Assistência Social. 2º - Desenvolver a avaliação e o monitoramento das deliberações das
204 Conferências Nacionais de Assistência Social a partir da IX Conferência Nacional de Assistência
205 Social. 3º - Recomendar aos Conselhos de Assistência Social orientações e instrumental de
206 monitoramento e avaliação das deliberações das Conferências de Assistência Social. 4º - Propor
207 temas para as Conferências Nacionais de Assistência Social. 5º - Monitorar e avaliar as metas do
208 Plano Decenal à luz das deliberações. 6º - Desempenhar outras atividades que lhes sejam
209 designadas pela plenária do CNAS. Estratégias da comissão. Artigo 7º: Para o acompanhamento e

210 monitoramento das deliberações a Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências
211 Nacionais de Assistência Social adotará as seguintes estratégias: 1º - Promover estudos de análises
212 das deliberações implementadas em andamento e não implementadas, elaborando uma síntese a ser
213 submetida a plenária do CNAS semestralmente. 2º - Propor grupos de trabalhos, consultorias,
214 pesquisas, debates e outras iniciativas inerentes a assuntos de sua competência. 3º - Levantar
215 normativas pertinentes as deliberações. 4º - Utilizar dados do Censo SUAS bem como outros
216 indicadores pertinentes as deliberações. 5º - Divulgar informações sobre o processo de
217 acompanhamento e monitoramento. 6º - Propor ações conjuntas e parcerias nas três esferas de
218 governo. 7º - Propor ações conjuntas e parcerias com a frente parlamentar em defesa da assistência
219 social. Alguns desafios. Organizar a forma de monitorar as deliberações das conferências,
220 acompanhar a evolução do funcionamento e a atuação dos CAS por meio dos resultados do censo,
221 dar continuidade as orientações sobre os mecanismos de repasse de recursos do Fundo Nacional de
222 Assistência Social para os estados e municípios, com o respectivo controle em nível municipal,
223 conforme prevê a LOAS, assim como os fundos estaduais de assistência social aos fundos
224 municipais de assistência social. Orientar os Conselhos de Assistência Social para acompanhar os
225 CRAS e CREAS, e entidades de assistência social, bem como as entidades que prestam serviços,
226 programas e projetos, para que estes insiram o tema de instância deliberativa como pauta de
227 reuniões periódicas junto aos usuários, tendo em vista divulgar formas de organização e mobilizá-
228 los para participação no controle social do SUAS em parcerias com as entidades que atuam no
229 território. E por fim monitorar e avaliar as metas do Plano Decenal à luz das deliberações. **Item –**
230 **Apresentação da Presidência Ampliada.** O Sr. Edivaldo da Silva Ramos – Presidente do CNAS –
231 Representante da Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais, discorre que A
232 Presidência Ampliada também é uma comissão, informa que as quatro comissões mais mencionadas
233 são: política, financiamento, normas e acompanhamento aos conselhos, as outras que não se reúnem
234 mensalmente, mas também são permanentes, que são Acompanhamento de Benefícios,
235 Monitoramento das Deliberações e a Comissão de Ética. Acrescenta que a Presidência Ampliada, se
236 reúne mensalmente, explica que funciona como se fosse um conselho deliberativo do CNAS.
237 Esclarece que o presente Conselho é tão democrático que o presidente não tem o poder de decidir
238 sozinho, salvo logicamente em casos excepcionais, pois a Presidência Ampliada é composta pelo
239 presidente e vice, e os quatro coordenadores das Comissões de Política, Acompanhamento aos
240 Conselhos, Financiamento e Normas, naturalmente como todas as comissões, é paritária. Pondera

241 que no período de dois anos houveram três vice-presidentes, a primeira foi a Vice-Presidente
242 Luziele Tapajós, depois a Vice-Presidente Marlene Silva, e por último a Vice-Presidente Léa Braga.
243 A primeira Vice-Presidente Luziele saiu em função de ter sido chamada pelo órgão de origem, foi a
244 Universidade Federal de Santa Catarina, a Marlene saiu por ter sido convidada a compor o governo
245 do GDF, e a Conselheira Léa foi quem concluiu. Os demais componentes foram a coordenadora da
246 Comissão de Normas, a Conselheira Cláudia, o Coordenador de Financiamento, Conselheira Telma,
247 Coordenadora de Política, Coordenador Anderson, e de Acompanhamento aos Conselhos a
248 Conselheira Solange Teixeira. Destaca as competências: elaborar pautas das reuniões ordinárias e
249 extraordinárias. Propor assuntos a serem pautados nas comissões temáticas. Decidir à cerca da
250 pertinência e da relevância de eventos para participação do CNAS enquanto convidado, bem como
251 autorizar conselheiros a representar o conselho nesses eventos, considerando critérios da
252 participação e representação do CNAS nos eventos que são: 1º - Presidente e vice. 2º - A
253 Presidência Ampliada como um todo; outras competências da Presidência Ampliada dirimir
254 conflitos entre as comissões; definir o monitoramento das deliberações da conferência em
255 consideração ao Plano Decenal; discutir e preliminarmente o planejamento estratégico do CNAS
256 para posterior apreciação na plenária; monitorar e dar cumprimento ao plano de comunicação social
257 do CNAS, bem como todos os elementos que compõe, e examinar e definir os assuntos, de caráter
258 emergencial. Ressalva que no caso de ausência do coordenador, há a substituição pelo coordenador
259 adjunto para a Presidência Ampliada, e se eventualmente não tiver o coordenador adjunto, também
260 a comissão indica um representante para poder estar na Presidência Ampliada. Cabe a análise
261 também de pedido de consultas acadêmicas, registra outros assuntos discutidos: Avaliação e
262 proposição do calendário de atividades do conselho, o tratamento de demandas enviadas pelos
263 conselhos estaduais e municipais de assistência social, também do Distrito Federal. Avaliação de
264 convites e indicação de representantes para capacitação e outros eventos dessa ordem. E por fim
265 registra que no âmbito da Secretaria-Executiva do CNAS existe o apoio da assessoria técnica. **Item**
266 **– Apresentação da Comissão de Ética.** O Sr. Samuel Rodrigues – Fórum Nacional da População
267 de Rua, explica que a referida Comissão é de natureza paritária e permanente, tem seis
268 participantes, um coordenador e cinco membros previstos no Artigo 31 do regimento interno do
269 CNAS. Está na Resolução CNAS nº 06 de 09 de fevereiro de 2011, e na Resolução do CNAS 21 de
270 2014 que trata da composição da Comissão de Ética. Os integrantes da comissão, os integrantes
271 governamentais que compuseram essa comissão nessa gestão passada: José Ferreira da Crus,

272 representando o MDS, representando o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, na época
273 ele representava o MDS. A Conselheira Maria José de Freitas representando o Ministério do
274 Desenvolvimento Social e Agrário, a Célia Maria de Sousa representando o Fórum Nacional dos
275 Secretários Estaduais de Assistência Social, do FONSEAS, que está aqui presente conosco.
276 Seguindo, pela sociedade civil o Thiago Barbosa Ferreira Cabral que representava nesse conselho a
277 Ordem dos Advogados do Brasil. A Patrícia Alves Vieira que era Conselheira Titular no segmento
278 dos trabalhadores da área de assistência social representada na Central dos Trabalhadores e
279 Trabalhadoras do Brasil e Samuel Rodrigues, representando o Fórum Nacional da População de
280 Rua que coordenava essa comissão. O funcionamento da Comissão de Ética de acordo com o Artigo
281 12 do Código de Ética diz que haverá reunião ordinária da Comissão de Ética quando for convocada
282 pelo presidente do CNAS, motivadas por demanda apresentada a presidência do conselho. Por
283 favor. A coordenação da Comissão de Ética Conselheiro Samuel Rodrigues diz que ao coordenador
284 dessa comissão compete convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias da comissão, presidir os
285 trabalhos da mesma, exercer o direito de voto de qualidade, exercer as atribuições que lhes forem
286 conferidas pelo regimento interno, ou por delegação da Comissão de Ética ou do plenário do
287 CNAS. O Código de Ética disciplina o funcionamento da Comissão de Ética do CNAS, baseia-se na
288 Lei Orgânica da Assistência Social, na LOAS, no Sistema Único de Assistência Social, no SUAS, e
289 no regimento interno desse conselho. Cabendo aos conselheiros pautarem seu comportamento e
290 ação por esse Código de Ética, e de modo a honrar a função de representação social do conselho e
291 tornar-se exemplo a ser seguido por todos e em todos os momentos em qualquer lugar. A finalidade
292 do Código de Ética é orientar a conduta dos conselheiros titulares e suplentes. 2 – “Publicizar” as
293 regras éticas de conduta dos conselheiros para que a sociedade possa aferir a integridade e lisura de
294 suas atividades. 3 – Preservar a imagem e a reputação do CNAS. 4 – Estabelecer regras básicas
295 sobre conflito de interesse público e privado e limitação às atividades profissionais no exercício da
296 função de conselheiro. E 5 – Criar procedimento de averiguação de infração ética, o Parágrafo
297 Único diz que as normas desse código aplicam-se aos conselheiros no desempenho de suas funções.
298 Os princípios contidos no código, os conselheiros da sociedade civil e do governo são agentes
299 público, e o exercício da função de conselheiro exige uma conduta compatível com os preceitos da
300 Constituição Federal, da LOAS e do regimento interno, e desse código e outras normas legais. O
301 conselheiro no desempenho de suas funções deverá primar pelos princípios constitucionais, em
302 particular o da legalidade e impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O trabalho

303 desenvolvido pelo conselheiro é atividade não remunerada e considerado serviço público relevante.
304 As atribuições da referida comissão: 1 – Receber denúncias e propostas para averiguação de
305 infração ética que lhe forem encaminhadas, deliberando sobre a conveniência de instauração de
306 procedimento específico e eventuais penalidades, sendo vedada denúncias anônimas. 2 – Instaurar
307 de ofício por iniciativa própria procedimento competente sobre ato ou matéria que considere
308 passível de configurar em tese infração a princípio ou norma ética. Ainda seguindo as atribuições,
309 instruir o procedimento que deverá ser concluído no prazo de 60 dias, prorrogável por igual
310 período. E 4 – Elaborar relatório circunstanciado e parecer conclusivo propondo-se devida a
311 aplicação de penalidade. No âmbito da secretaria, da Secretaria-Executiva desse conselho, a
312 Comissão de Ética conta com assessoria técnica e operacional, a qual compõe a Maria das Mercês
313 secretária-executiva desse conselho, a servidora Thaís Braga, Silvani Sousa e Maria do Socorro.
314 **Item – Apresentação da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos.** A Conselheira Solange
315 Teixeira - Secretária Nacional de Renda de Cidadania/Representante do Ministério do
316 Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, explana que a Comissão trabalha basicamente
317 monitorando e acompanhando os conselhos, e que os conselhos mais próximo dessa comissão são
318 os CEAS. A natureza é paritária e permanente, o número de Conselheiros participantes são oito, a
319 composição prevista no Artigo 32 do regimento interno, acrescenta que essa comissão, como as
320 comissões temáticas, reúne-se sempre no primeiro dia das reuniões ordinárias do CNAS, e
321 extraordinariamente quando convocada. Destaca que a Comissão possui um coordenador e um
322 coordenador adjunto que são escolhidos dentre os seus membros titulares. Os coordenadores das
323 comissões temáticas exercerão essa função pelo período de um ano, permitido uma única
324 recondução, ou seja, diferentemente do tempo de permanência no conselho, os coordenadores a
325 cada ano são reconduzidos ou substituídos. Na ausência do coordenador da comissão temática o
326 coordenador adjunto assume todas as suas funções. E na ausência do coordenador e do coordenador
327 adjunto, a comissão temática escolhe um de seus membros titulares. Informa que os integrantes da
328 Comissão são: Solange Teixeira da SENARC, Lúcia Marquim do CONGEMAS, Dionara da SAGI,
329 e representando a sociedade civil as Conselheiras e Conselheiros Clátia Regina da Fenatibref;
330 Carlos Nambu da Inspeção do São João Bosco, Aldenora Gonzáles, Instituto Ecovida e o Leovane
331 Gregório A coordenação da comissão Solange Teixeira, a Coordenadora Adjunta dessa gestão a
332 Lúcia Marquim no âmbito da Secretaria-Executiva. Registra que a comissão conta com o
333 acompanhamento técnico da assessoria técnica e operacional a qual participa os servidores Celda

334 Maria Chaves de Sousa como Coordenadora; Josué Alves dos Santos e a LÍlian da Silva Guedes.
335 Pondera que a comissão também ajuda na programação e realização das três reuniões trimestrais
336 com os CEAS; acompanha a avaliação e monitoramento das conferências estaduais; trabalha dentro
337 das metas com plataforma de ação para gestão do CNAS, biênio 2014 – 2016. Informa que umas
338 das metas é o fortalecimento da articulação entre os conselhos de assistência social e as demandas
339 específicas do controle social. Explica que a Comissão apresenta aos CEAS, principalmente
340 apresentação dos indicadores dos movimentos de conselhos, do ID/Conselhos; Complementa que há
341 a divulgação e orientação sobre o Marco Regulatório das organizações de sociedade civil, assuntos
342 esses que foram discutidos nesta comissão no biênio junho de 2016, 2015 a 2016. Informa que
343 foram feitas quatro reuniões regionais em 2014, também trabalhou na elaboração do caderno de
344 orientação ao Conselho Nacional de Assistência Social do processo eleitoral, representante da
345 sociedade civil, ocorreu um trabalho de elaboração e validação da resolução do Conselho Nacional
346 de Assistência Social nº 15 a qual trata-se da resolução que orienta aos conselhos de assistência
347 social ao funcionamento, a organização e funcionamento para atuar como instância de controle e
348 participação social do programa Bolsa Família. **Item – Releitura da pauta com as devidas**
349 **alterações.** A Conselheira Solange realiza a leitura da pauta: *9h. Informe da Secretaria-Executiva,*
350 *MDSA, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e conselheiros. 9h30 às 10h: Comissão de Normas da*
351 *Assistência Social com a Coordenadora Cláudia Faquinote. 10h as 10h30 Comissão de Benefício e*
352 *Transformação de Renda do CNAS, Coordenadora Laís Maranhão. 10h30 às 11h: Comissão de*
353 *Financiamento e Orçamento da Assistência Social, Coordenador Fábio Bruni, 11h, às 12h, reunião*
354 *dos representantes governamentais para composição das comissões temáticas. 11h às 12h reunião*
355 *dos representantes da sociedade civil, composição das comissões temáticas e indicação de vice-*
356 *presidente do Conselho Nacional de Assistência Social. 14h às 15h, aprovação da pauta da próxima*
357 *reunião plenária em julho de 2016. E aprovação das indicações para composição das comissões,*
358 *que devem ser aprovadas no pleno. Das 15h às 17h o papel dos conselheiros no exercício do*
359 *controle social e as atribuições do conselho no contexto da democracia participativa com a*
360 *convidada Dra. Eleonora Schettini. ENCERRAMENTO.* A Conselheira Solange Teixeira -
361 Secretaria Nacional de Renda de Cidadania/Representante do Ministério do Desenvolvimento
362 Social e Agrário - MDSA, agradece a participação de todos e encerra o primeiro dia de reunião.
363 **ABERTURA.** A Secretária Executiva Maria das Mercês saúda a todos e realiza a conferência do
364 quórum: Conselheiros na titularidade: Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris; Conselheira

365 Bárbara Cardoso Campos; Conselheiro Fábio Bruni; Conselheiro Luís Otávio Pires de Farias;
366 Conselheira Célia Maria de Souza Melo; Conselheira Maria Lúcia Nogueira Linhares Marquim;
367 Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski; Conselheiro Carlos Nambu; Conselheira Norma
368 Suely de Souza Carvalho; Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho; Conselheira
369 Rosângela Maria Soares dos Santos; Conselheira Carmem Lúcia Lopes Fogaça; Conselheira
370 Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão; Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira;
371 Conselheira Dionara Borges Andreani; Conselheiro Maurício José Silva Cunha; Conselheira Silvia
372 Regina Ramires; Conselheira Maira Leilane Oliveira Almeida; Conselheira Maria Cristina de
373 Oliveira Marques; Conselheira Márcia Cristina Góes; Conselheiro Alberto Albino dos Santos. A
374 Secretária Executiva informa ainda que a Plenária deve escolher o membro que coordenará os
375 trabalhos da presente reunião. Os Conselheiros Sr. Fábio Moassab Bruni - Secretaria Nacional de
376 Assistência Social/Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDS, e
377 Rosângela Maria Soares dos Santos - Representante do Fórum Nacional dos Usuários de
378 Assistência Social - FNUSUAS/PA se prontificam na coordenação dos trabalhos. **Item – Informes**
379 **da Secretaria Executiva.** A Secretária Executiva do CNAS Maria das Mercês informa: "*Informes*
380 *da Secretaria-Executiva. Convocações e participação: Os Conselheiros Nacionais, titulares e*
381 *suplentes, foram convocados para a 244ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência*
382 *Social, no período de 07 a 09 de junho de 2016 em Brasília. Os Conselheiros Nacionais, titulares e*
383 *suplentes, da gestão 2014/2016, foram convidados para a 244ª Reunião Ordinária do CNAS no*
384 *período de 07 a 08 de junho de 2016 em Brasília. E-mails enviados aos Conselheiros do CNAS;*
385 *Pauta da 244ª Reunião Ordinária do CNAS; Ata e gravação da 243ª Reunião Ordinária do*
386 *CNAS, enviado aos Conselheiros nacionais da gestão 2014/2016. Resoluções e Portarias:*
387 *Resolução CNAS número 07, de 18 de maio de 2016, que aprova o 2º Plano Decenal da Assistência*
388 *Social, 2016/2026. Resolução CNAS número 08/2016, que dispõe sobre aprovação dos parâmetros*
389 *da proposta orçamentária para a Assistência Social relativo ao orçamento 2017 publicada no*
390 *Diário Oficial da União de 31/05/2016. Link de acesso à retificação da Medida Provisória número*
391 *726, de 12 de maio de 2016, que altera e revoga dispositivos da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003,*
392 *que dispõe sobre a organização da Presidência da República dos Ministérios, publicada na edição*
393 *extra do Diário Oficial da União de número 90B, de 12 de maio de 2016, edição 01; Portaria de*
394 *número 57, de 03 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 06/06/2016, seção 02,*
395 *página 50, que designa com efeito a partir de 04 de junho de 2016 os membros titulares e suplentes*

396 *representantes da sociedade civil para compor o Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS;*
397 *Portaria número 58, de 03 de junho 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 06/06/2016,*
398 *seção 01, página 55, que dispõe sobre as ações articuladas das Redes de Assistência Social e*
399 *Previdência Social na atenção às crianças com Microcefalia para acesso ao Benefício de*
400 *Prestação Continuada da Assistência Social, BPC; Portaria número 59, de 03 de junho de 2016,*
401 *publicada no Diário Oficial da União de 06/06/2016, seção 02, página 50, que designa com efeito*
402 *a partir de 04 de junho de 2016 os titulares e suplentes representantes do governo para compor o*
403 *Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS. CNAS Informa: CNAS aprova o 2º Plano Decenal*
404 *da Assistência Social enviados dia 18 de maio; aprovação do CNAS durante a 243ª Reunião*
405 *Ordinária enviados dia 19 de maio. Conteúdo do 2º Plano Decenal da Assistência Social é*
406 *divulgado, enviado dia 20 de maio. Confirma a programação da Reunião Trimestral do CNAS com*
407 *os Conselhos Estaduais e do DF, enviados dia 31 de maio. Pauta da 244ª Reunião Ordinária do*
408 *CNAS é publicada. Enviado dia 02 de junho. CNAS entrega o 2º Plano Decenal aos Conselhos*
409 *Estaduais de Assistência Social enviada dia 07 de junho. Convites: o Conselho Estadual de*
410 *Assistência Social de Minas Gerais convidou o CNAS para um encontro com aproximadamente 450*
411 *Conselheiros municipais no dia 17 de junho com o objetivo de dar devolutiva aos Conselhos*
412 *Municipais de Assistência Social de Minas Gerais sobre as Conferências Estaduais e Nacionais de*
413 *Assistência Social, bem como tratar do Plano Decenal. Na 243ª Reunião Ordinária do CNAS*
414 *realizada no mês de maio a Plenária aprovou o convite que fosse debatido na Plenária de junho e*
415 *que sejam indicados os dois Conselheiros que possuam conhecimento dos temas deliberados na X*
416 *Conferência Nacional de Assistência Social, bem como de todo o processo conferencial para*
417 *representar o CNAS no encontro do CEAS Minas Gerais no dia 17 de junho. Outro convite: O*
418 *Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Agrário, a Secretaria Nacional de Assistência*
419 *Social, o Movimento Nacional das Entidades, o Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS, o*
420 *Fórum Nacional dos Usuários do SUAS foram convidados para compor a mesa da solenidade de*
421 *posse dos Conselheiros Nacionais da sociedade civil e governo realizada no dia 07 de junho.*
422 *Comunicados: A 148ª Reunião Ordinária da CIT agendada para o dia 1º de Junho de 2016 foi*
423 *cancelada. A Secretaria Técnica informa que a reunião será realizada no próximo mês. O Conselho*
424 *Nacional de segurança alimentar e nutricional, CONSEA, enviou carta ao CNAS por meio de*
425 *mensagem eletrônica, na qual informa que diante da gravidade da situação e atento aos sinais de*
426 *retrocesso que pairam sobre as conquistas, o CONSEA Nacional promoverá uma série de ações e*

427 *articulações dentre elas, a de ampliar a interação com os CEAS estaduais e municipais, inclusive*
428 *com a realização de encontros regionais para fomentar a articulação territorial. O CONSEA*
429 *informa ainda que está convocando uma Plenária para o dia 06 de julho, a qual será procedida de*
430 *duas reuniões, uma com a representação da sociedade civil no CONSEA e outra com*
431 *representantes de outros Conselhos Nacionais para atualização da avaliação da conjuntura*
432 *tomada de posição coletiva e definição de ações conjuntas. Conselheira Maria Luiza Marquim*
433 *justificou a ausência no período da tarde nesta reunião”. O Conselheiro Fábio Bruni indica o*
434 seguinte **encaminhamento**: que sejam indicados os dois Conselheiros que possuam conhecimento
435 dos temas deliberados na X Conferência Nacional de Assistência Social, bem como de todo o
436 processo conferencial para representar o CNAS no encontro do CEAS Minas Gerais no dia 17 de
437 junho no período da tarde, tendo em vista não haver consenso de nomes a indicar no âmbito
438 governamental e na sociedade civil. **Item – Informe do Ministério de Desenvolvimento e**
439 **Agricultura.** A Sra. Dulcelena Martins - Coordenadora Geral de Execução Orçamentária e
440 Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, discorre que foi publicada na data
441 anterior, a Portaria 63, que prorrogou o prazo de transferência dos saldos que existiam nas contas
442 abertas anteriores à Portaria dos blocos, acrescenta que as novas contas foram abertas no dia 20 de
443 janeiro e no dia 21 de janeiro, pondera que o FNAS comunicou a todos os municípios, porque o
444 Artigo 43 disponibilizava 120 dias para a transferência dos saldos que possuíam nas contas antigas
445 para as contas novas que foram abertas no dia 20 de janeiro. O prazo venceu no dia 20 de maio os
446 120 dias e o FNAS monitorou os saldos durante todo o tempo em parceria com o Banco do Brasil, e
447 verificou-se que muitos municípios foram apresentando diversas dificuldades, pondera que no dia
448 31 de maio contava com quase 3000 municípios com saldos nessas contas. Disponibiliza o *e-mail*
449 do Fundo: fnas@mds.gov.br, solicita auxílio dos Conselheiros com alguma dificuldade que tenham
450 conhecimento que algum município esteja tendo de preenchimento do plano ou mesmo do
451 demonstrativo ou qualquer outra situação em que se possa estar acompanhando o preenchimento
452 desses instrumentos. **Item – Informes MDS.** A Sra. Dionara Borges Andreani - Representante da
453 Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e
454 Agrário, informa que que o Departamento de Formação e Disseminação da SAGI em parceria com
455 a Universidade Federal do Rio Grande do Sul vai ofertar um curso denominado 'Introdução ao
456 exercício do Controle Social do SUAS' na modalidade à distância. A proposta é que possa ser
457 desenvolvido e aperfeiçoado conhecimentos, habilidades para o exercício do Controle Social do

458 SUAS. Vão ser ofertadas 3000 vagas para todo o território nacional. O curso é exclusivo para
459 Conselheiros da política pública de Assistência Social, e as inscrições estão abertas e finalizam no
460 dia 30 de junho. **Item – Informes FONSEAS.** A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima -
461 Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS
462 informa que , dia 23 de maio o FONSEAS teve uma reunião cumprindo a agenda da nova Diretoria
463 Executiva, dia 23 ocorreu uma Audiência Pública com o novo Ministro do Desenvolvimento Social
464 e Agrário, no sentido de encaminhar junto aos Ministérios os pontos em defesa do SUAS que
465 estavam estabelecidos na Carta de Brasília, que foi retirado e consensuado pelos Secretários o 2º
466 encontro Nacional do FONSEAS. Mas antes da reunião com o Ministro, houve uma reunião com
467 todos os Secretários de Estado no sentido de alinhamento dessa agenda, e foi dentre os pontos a
468 reunião aconteceu durante o dia e 17h houve a reunião com o Ministro no bloco C e os pontos que
469 foram tratados com o Ministro, os principais foram: o arranjo institucional do Ministério, a forma
470 como estavam organizados, o FONSEAS se posicionou de forma contrária, a junção da Assistência
471 Social com o desenvolvimento agrário foi enfocado também a questão do baseamento no
472 Programa Bolsa Família a 5% da população, o BPC continua vinculado ao salário mínimo,
473 considerando que o BPC não é complementação de renda como o Bolsa Família, mas sim substituto
474 da renda do trabalho, portanto, deveria sim ser vinculado ao salário mínimo. Acrescenta que
475 também foi trabalhada a questão sobre a importância do orçamento, da recomposição da Política de
476 Assistência Social e a questão da subordinação das políticas sociais e as políticas econômicas que
477 constitui um dos princípios da própria Política de Assistência Social, bem como o Plano Decenal,
478 com uma perspectiva do SUAS para os próximos 10 anos que todas as ações na área da Assistência
479 Social deveriam realmente serem focadas no sentido de se cumprir o Plano Decenal que tinha sido
480 deliberado por unanimidade pelo Conselho Nacional e também pela forma como foi elaborado, não
481 foi um plano construído em gabinete, foi construído em todo o processo de Conferência, nos
482 encontros regionais do CONGEMAS, com a participação de usuários, de trabalhadores, de gestores,
483 enfim, de todos os atores que compõem a Política de Assistência Social. Registra que logo após o
484 FONSEAS participou da abertura do Encontro Nacional do CONGEMAS, tanto participou da
485 abertura, quanto no dia seguinte participou de um painel sobre o Plano Decenal, e nessa reunião que
486 aconteceu no dia 23 uma das agendas que foi discutida com os Secretários foi exatamente a questão
487 da organização do próprio Fórum e fortalecimento do FONSEAS, os Secretários marcaram uma
488 reunião para os próximos dias, 15 e 16 na próxima semana para que o Fórum realizasse um

489 planejamento, o planejamento estratégico dessa próxima gestão, e o planejamento principalmente
490 voltado para a questão política do Fórum nesse momento de fortalecimento da necessidade de
491 fortalecimento e defesa do Sistema Único de Assistência Social. Destaca que a programação está
492 voltada para o planejamento interno do Fórum de organização, de ações que têm que ser executadas
493 nesse próximo ano com vistas a fortalecer, tanto o Fórum, quanto a Política de Assistência Social,
494 mas também está voltado para a questão da discussão das diretrizes, prioridades e metas do Pacto de
495 Aprimoramento do SUAS de âmbito estadual do período 2016 a 2019. Informa aos novos
496 Conselheiros que o Pacto de Aprimoramento do SUAS de âmbito estadual, a vigência terminou em
497 31 de dezembro de 2015, portanto o FONSEAS tem, os Estados têm que apresentar um novo pacto,
498 o Plano Decenal é que tem que dar base para os Pactos de Aprimoramento do SUAS e os planos de
499 Assistência Social, como o Plano Decenal encontra-se deliberado, atualmente o FONSEAS tem
500 conteúdo para trabalhar as prioridades e metas do próximo pacto, tanto com base nas diretrizes e
501 metas do Plano Decenal, quanto nas prioridades que foram trabalhadas no segundo encontro
502 nacional do FONSEAS durante os dias 09 e 10 de maio que ocorreu em Brasília. Pondera que em
503 relação ao pacto, quatro questões foram desde a avaliação de 2015, foram consensuadas, que não
504 podem faltar no próximo pacto foi identificado como grandes desafios dos Estados, o
505 cofinanciamento, apoio técnico, educação permanente e monitoramento aos municípios, questão de
506 oferta de serviços regionalizados para municípios de pequeno porte e a questão da vigilância
507 socioassistencial. Assevera que devem ser definidas novas prioridades nacionais para além dessas e
508 as prioridades regionais de cada região do país, devido às diversidades que existem no próprio país.
509 A Conselheira Maria Lúcia registra que os informes do CONGEMAS foram apresentados na
510 reunião anterior, despede-se de todos e apresenta mais uma vez sua suplente que assumirá a
511 titularidade Márcia Leal Góes. O Conselheiro Fábio Bruni agradece por todo trabalho que a Sra.
512 Maria Lúcia Marquim ofereceu ao Conselho. **Item – Informes Conselheiros.** O Conselheiro Fábio
513 Bruni informa que na audiência pública ocorrida no Congresso Nacional vários representantes de
514 movimentos sociais estiveram presentes, como: a deputada Ângela Albino, deputado Chico Lopes
515 presidente da comissão de legislação participativa, deputado Patrus Ananias que foi ministro do
516 desenvolvimento social e combate à fome e ministro do Desenvolvimento Social e Agrário,
517 deputada Érika Kokay. Acrescenta que houve muitas participações ao vivo, com transmissão *on line*
518 pela TV Câmara e um debate muito bom na defesa do SUAS, na defesa dos direitos
519 socioassistenciais, à renda, no direito ao serviços uma defesa forte do Benefício de Prestação

520 Continuada como substituição à renda e, portanto, a importância dele de estar sempre vinculada ao
521 salário mínimo. Uma defesa da rede de serviços, muitos depoimentos, inclusive de conselheiros e
522 Ex-Conselheiros sobre a importância do serviço para que os usuários sejam protagonistas e
523 reescreva a sua própria história. Considera que foi um momento muito importante, a deputada
524 Ângela terminou a fala dizendo: "*Eu não sei se essa audiência muda alguma coisa, mas eu tenho*
525 *certeza que se não for feito não muda.*". Acredita que a audiência marca uma posição institucional
526 do congresso, informa que será enviada a cópia dessas decisões de manutenção do
527 desenvolvimento social e combate à fome de manutenção do desenvolvimento social e agrário para
528 a presidência da república e para diversas autoridades. Nas redes sociais foi usada a *hashtag* Mais
529 SUAS Sem Temer. O Conselheiro Leovane Gregório - Representante do Conselho Federal de
530 Psicologia informa que no dia 11 de junho, às 14 h no Conselho Federal de Psicologia acontecerá o
531 lançamento oficial da frente nacional em defesa do SUAS e da Seguridade Social. **Item –**
532 **Apresentação da Comissão de Normas da Assistência Social.** A Sra. Cláudia Faquinote discorre
533 que a Comissão possui natureza paritária e permanente e com um número de participantes em oito
534 conselheiros, cuja composição se dá com quatro conselheiros titulares, sendo dois representantes
535 governamentais e dois conselheiros representantes da sociedade civil e seus respectivos suplentes,
536 conforme previsto no artigo 32 do regimento interno do CNAS, na resolução CNAS número seis, de
537 9 de fevereiro de 2011 e a periodicidade das reuniões mensal como as demais comissões
538 permanentes deste conselho. Os conselheiros titulares governamentais: Bárbara Cardoso Campos,
539 da Secretaria Nacional de Assistência Social, SNAS, Ministério do Desenvolvimento Social e
540 combate à fome, MDS; a conselheira Léa Lúcia Cecílio Braga, da Secretaria Nacional de
541 Assistência Social, SNAS, Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome, MDS. Da
542 sociedade civil os conselheiros titulares: Claudia Laureth Faquinote, representando a União
543 Brasileira de Educação e Ensino; Alceu Kuhn, Organização Nacional de Cegos do Brasil. e os
544 conselheiros suplentes do governo: Maria José de Freitas, da Secretaria Nacional de Assistência
545 Social, a SNAS, Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome, MDS; e Márcia Cristina
546 leal Góes, Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência social, CONGEMAS. E os
547 conselheiros suplentes da sociedade civil: Thiago Barbosa Ferreira Cabral, da fundação Dorina
548 Nowill para Cegos; e Dulcinéia Reginato Francisco, da Pia Sociedade de São Paulo. No âmbito da
549 Secretaria-Executiva do CNAS a comissão de normas da Assistência Social conta com a assessoria
550 técnica e operacional da coordenação de normas por meio dos servidores e servidoras: Rosângela da

551 Silva Almeida, coordenadora substituta; Douglas Silva Amaro; Ezidênio Pereira da Silva; e Rui
552 Polare. os principais assuntos discutidos na comissão de normas de junho de 2014 a junho de 2016
553 A apresentação pelo departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS, DRSP/MDS; das
554 informações anuais sobre o processo de certificação de entidades de assistência social, conforme
555 disposto no artigo terceiro da resolução CNAS número 18/2011; apresentação pelo departamento da
556 Rede Socioassistencial privada do SUAS, DRSP/MDS, das informações trimestrais sobre o
557 processo de certificação de entidades de assistência social, conforme o disposto o artigo primeiro da
558 resolução CNAS número 18/2011. Discussão e aprovação da orientação técnica conjunta
559 MDS/CNAS. Comentários: A resolução CNAS número 14/2014, 15 de maio de 2014, que revoga a
560 resolução CNAS número 16, de maio de 2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição
561 das entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e
562 benefícios socioassistenciais nos conselhos Assistência Social nos termos da resolução CNAS
563 número 14/2014. Discussão e aprovação da alteração da resolução CNAS número quatro, de 9 de
564 fevereiro de 2011, que estabelece os procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no Conselho
565 Nacional de Assistência Social, CNAS. Discussão sobre a resolução CNAS número 14, de 7 de
566 dezembro de 2015, que dispõe sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil no
567 Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, gestão 2016/2018. Acrescenta que o plano de
568 ação está organizado com meta, estratégia, operacionalização, prazo, conselheiros de referência,
569 informa que neste momento estão propostas as seguintes metas do plano de ação da comissão de
570 normas: meta um - Atualizar o regimento interno do CNAS; meta dois - Subsidiar as instâncias de
571 controle social da Assistência Social sobre o marco Regulatório das organizações da sociedade
572 civil; meta três - Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada
573 no campo da Assistência Social; meta quatro - Acompanhar e fiscalizar o processo de certificação
574 das entidades e organizações Assistência Social no MDS; metas cinco - Normatizar a representação
575 da sociedade civil e do governo nos conselhos Assistência Social. **Item - Plano integrado da**
576 **Assistência Social para a gestão 2016/2018.** Após apresentação da Comissão a Sra. Cláudia
577 Faquinote realiza a seguinte leitura: *"Apresentação: O compromisso do Conselho Nacional de*
578 *Assistência Social, CNAS, com o fortalecimento da política nacional de Assistência social, PNAS, e*
579 *do Sistema Único de Assistência Social, SUAS assim, como a dinâmica de funcionamento dessa*
580 *instância foram imperativos que motivaram a elaboração do planejamento global CNAS 2016/2018*
581 *a partir da evidenciação dos temas transversais e dos planos de ação das comissões temáticas*

582 *permanentes do CNAS. A trajetória percorrida na construção do SUAS, as estratégias de*
583 *territorialização e a regionalização, as relações com e entre os conselhos Assistência Social,*
584 *setoriais e de defesa de direitos, o modus operandi do CNAS, os deputados dos processos*
585 *conferenciais constituíram insumos e subsídios para que o CNAS elaborasse o seu planejamento*
586 *global. Com o fito de assegurar a continuidade das ações do CNAS a partir das atribuições*
587 *precípua do controle social, previstas na Norma operacional básica do SUAS em 2012, essa gestão*
588 *que finda em junho de 2016 apresenta à nova gestão o planejamento global do CNAS 2016/2018*
589 *que será objeto de análise e eventuais ajustes e implementação do colegiado. Os temas transversais*
590 *e as suas ações pretendem ser o painel de bordo a orientação para que, sobretudo, a instância da*
591 *presidência ampliada possa utilizar-se desse caminho, para acompanhar, apoiar e assessorar, e*
592 *monitorar os planos de ações das comissões e o trabalho como um todo do colegiado. Os diálogos*
593 *tecidos ao longo da elaboração do planejamento, quer seja no âmbito das comissões temáticas*
594 *permanentes da presidência ampliada e da plenária do CNAS foram imprescindíveis para*
595 *identificação de temas e ações transversais que permeiam todos os saberes e fazeres postulados*
596 *pelo colegiado por meio do seu rito funcional e das atividades desenvolvidas. Os temas*
597 *transversais e suas respectivas ações possuem correlação direta e indireta com as metas dos planos*
598 *de ação das comissões temáticas permanentes do CNAS. No itinerário metodológico desenvolvido e*
599 *referendado pelo CNAS, propõe-se que a Presidência Ampliada seja instância responsável pela*
600 *ordenação e monitoramento da implementação dos referidos temas. Assim apresentamos a seguir*
601 *os temas transversais e suas respectivas ações. Tema transversal a – Potencialização da política de*
602 *comunicação do CNAS, interna e externa. E quais seriam as principais iniciativas propostas para*
603 *este tema transversal, para implementação desse tema transversal. Constituir um grupo de*
604 *trabalho paritário e com apresentação dos três segmentos e das quatro comissões temáticas, sob a*
605 *coordenação da Presidência Ampliada com os objetivos de: 1 – Analisar a Resolução CNAS nº*
606 *88/2008 e trata da Política de Comunicação Social do CNAS. 2 – Atualizar o plano de*
607 *comunicação do CNAS. 3 – Publicar nova resolução sobre a Política de Comunicação Social do*
608 *CNAS. 4 – Entre outras ações. Entendemos que será a constituição do grupo o desenvolvimento do*
609 *trabalho que poderá apontar demandas de novas iniciativas e tarefas para o grupo de trabalho e*
610 *para atingir e está proposto num tema transversal. Tema transversal b – Fortalecimento da relação*
611 *do CNAS com os conselhos estaduais, municipais e do Distrito Federal. Iniciativas: assegurar o*
612 *cumprimento das atividades previstas no calendário e no regimento interno do CNAS, tais como*

613 *reuniões plenárias, descentralizadas e ampliadas, regionais, trimestrais e conferências. Articular a*
614 *participação dos conselheiros e demais atores nas atividades desenvolvidas pelo CNAS. Fortalecer*
615 *os conselhos de assistência social para o exercício do controle social, dialogar com o Colegiado*
616 *Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, e o Fórum Nacional de*
617 *Secretários e Secretárias de Estado da Assistência Social – FONSEAS para a difusão das*
618 *orientações de proposta de lei do SUAS. Construir metodologias de trabalho para o fortalecimento*
619 *do controle social do SUAS de acordo com as atividades do CNAS. Tema transversal c. Antes da*
620 *leitura do tema transversal c, só um comentário, porque surgiram perguntas, da iniciativa primeira*
621 *do tema transversal b, assegurar o cumprimento das atividades. Tema transversal c –*
622 *Acompanhamento, aprovação e fiscalização da implementação do 2º Plano Decenal da Assistência*
623 *Social 2016 – 2026, iniciativas: acompanhar a execução do 2º Plano Decenal da Assistência Social*
624 *2016 – 2026. Assegurar a interlocução periódica do CNAS com o Congresso Nacional. Tema*
625 *transversal d – Potencialização da relação interconselhos para o fortalecimento do SUAS.*
626 *Iniciativas: propor e desenvolver pautas e agendas intersetoriais e interinstitucionais de acordo*
627 *com as deliberações do CNAS. Participar das agendas intersetoriais e interinstitucionais*
628 *demandadas para o CNAS e assegurar a articulação e a defesa da Política Nacional de Assistência*
629 *Social com as pautas em curso. Tema transversal e – Ações transversais no âmbito da estrutura de*
630 *gestão do CNAS. Iniciativas: acompanhar a implementação das resoluções pertinentes ao CNAS,*
631 *revisitar o regimento interno do CNAS, elaborar um guia com orientações metodológicas de*
632 *sistematização e instrumentais que orientarão as atividades formativas desenvolvidas pelo CNAS.*
633 *Assim a apresentação e a construção dos temas transversais e suas ações têm a intencionalidade*
634 *muito clara de colaborar com o posicionamento e a atuação da Presidência Ampliada de forma*
635 *mais estratégica, para que a Presidência Ampliada se sinta desafiada a buscar uma equidade*
636 *maior entre as demandas e iniciativas no campo operacional e também se debruçarem para essa*
637 *dimensão e necessidade de posicionamento e atuação estratégica no âmbito do conselho e da*
638 *gestão enfim, do conselho. De forma coletiva com todo pleno, claro. E aqui está a correlação entre*
639 *os temas transversais e as metas do plano de ação das comissões temáticas permanentes do CNAS.*
640 *Os planos de ação das comissões temáticas permanentes do CNAS, no conjunto de suas metas,*
641 *possuem relação direta e indireta com os temas transversais do planejamento global, o que nos*
642 *possibilita perceber a sinergia e a visão sistêmica desse processo. O esforço deste Colegiado na*
643 *construção e organização deste planejamento objetiva potencializar suas ações internas por meio*

644 *das comissões temáticas permanentes, visando o fortalecimento do exercício do controle social*
645 *pelo CNAS e conselhos municipais, estaduais e do Distrito Federal de Assistência Social. Na defesa*
646 *do direito socioassistencial e no acompanhamento e a fiscalização de programas, projetos, serviços*
647 *e benefícios de qualidade para os usuários do SUAS. O painel, tem a intencionalidade por meio das*
648 *cores, de apresentar a correlação entre o plano de ação, as metas do plano de ação de cada*
649 *comissão com os temas transversais. Sendo o tema transversal na cor azul, o tema transversal b na*
650 *cor vermelha, o tema transversal c na cor verde, o tema transversal d na cor lilás, roxa, e o tema*
651 *transversal e na cor preta. Considerações finais: o planejamento global do CNAS 2016 – 2018*
652 *busca aperfeiçoar o exercício do controle social do CNAS e dos conselheiros de assistência social*
653 *tendo como base as seguintes dimensões: política – mobilização da sociedade para influenciar a*
654 *agenda governamental em indicar prioridades. Técnica – trabalho da sociedade para fiscalizar a*
655 *gestão de recursos e a apreciar os trabalhos governamentais. Ética – construção de novos valores*
656 *e de novas referências fundadas nos ideais de solidariedade, de soberania e justiça social. Assim*
657 *realizar controle social significa exercer a democracia participativa por meio de canais de*
658 *fiscalização para acompanhar e certificar a qualidade das políticas públicas realizadas. Por meio*
659 *deste exercício a sociedade organizada realiza intervenções na formulação, execução e avaliação*
660 *dos serviços desenvolvidos por órgãos governamentais, para tanto há que se garantir a existência*
661 *de espaços públicos de participação popular. Caberá a nova gestão do CNAS 2016 – 2018 dar*
662 *prosseguimento a sua missão e definir o calendário com prazos e responsáveis para implementação*
663 *dos temas transversais e suas ações previstas no planejamento global do CNAS 2016 - 2018.”.*
664 **Item – Apresentação Comissão de Benefícios e Transferência de Renda do CNAS.** A
665 Conselheira Laís Maranhão Santos Mendonça – Secretária Nacional de Renda de
666 Cidadania/MDSA, explica que a referida comissão, trata-se se uma Comissão especial no CNAS,
667 não permanente e se reúne todos os meses como as outras comissões, acrescenta que ocorrem
668 reuniões trimestrais, com natureza paritária, ou seja, a mesma quantidade de membros de
669 representantes governamentais e da sociedade civil. E o objetivo da comissão é garantir a
670 transferência de renda e os benefícios socioassistenciais como direito de cidadania, portanto o foco
671 da comissão é justamente o Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada – BPC e os
672 benefícios eventuais da assistência social. Registra que a composição, na gestão 2014 – 2016 foi: do
673 governo a Juliana Picoli Agatte, a qual esteve na coordenação da comissão também, informa que
674 assumiu a coordenação no começo desse ano; a Léa Lúcia Cecílio Braga foi a vice-presidente; a

675 Fátima Aparecida Rampin e Elise Andreolla que eram representantes do Ministério da Previdência
676 Social; Complementa que da sociedade civil participavam a Conselheira Margareth Alves
677 Dallaruvera da Federação Nacional dos Assistentes Sociais, da FENAS, o Conselheiro Alceu Kuhn
678 da Organização Nacional de Cegos do Brasil, e o Conselheiro Leovane Gregório do Conselho
679 Federal de Psicologia. As competências da Comissão de Acompanhamento estão previstas na
680 Resolução nº 15 de 2011. Destaca que as competências são: acompanhar os benefícios de
681 transferência de renda executados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,
682 acompanhar e fomentar os conselhos de assistência social dos estados, municípios e Distrito Federal
683 no exercício da atribuição de instância de controle social do programa Bolsa Família. Acompanhar
684 e fomentar os conselhos de assistência social dos estados, municípios e Distrito Federal no exercício
685 do controle social dos benefícios eventuais. Acompanhar e fiscalizar a execução dos recursos
686 transferidas a título de fortalecimento das instâncias de controle social do programa Bolsa Família
687 que são justamente os conselhos de assistência social. Zelar pelo critério de concessão,
688 monitoramento e manutenção do Benefício de Prestação Continuada – BPC, do Bolsa Família e dos
689 benefícios eventuais. Estimular, propor e apoiar ações de fortalecimento ou ampliação dos
690 benefícios e transferências de renda. Acompanhar a gestão integrada entre os serviços e benefícios.
691 Avaliar, acompanhar e fiscalizar o índice de gestão descentralizada dos estados e municípios.
692 Desempenhar outras tarefas que lhe sejam cometidas pela plenária do CNAS, acompanhar e
693 fomentar a intersetorialidade dos conselhos de assistência social com os conselhos setoriais e de
694 defesa de direitos, avaliar, fomentar e acompanhar os índices dos municípios, do DF, dos estados,
695 especificamente os relacionados aos benefícios e transferências de renda. Registra que no âmbito da
696 Secretaria-Executiva do CNAS, a comissão contava com assessoria técnica e operacional da
697 coordenação de política, dos servidores Maria Auxiliadora Pereira que era a coordenadora, a
698 Carolina Maria Ribeiro da Silva, chefe de serviço, Ana Tereza Gomes, Maria Antônia Valente e
699 Rosiele Bonfim. Informa em 2014 foi produzido o caderno de orientações aos conselhos de
700 assistência social para o controle social do Benefício de Prestação Continuada – BPC, programa
701 Bolsa Família e benefícios eventuais da assistência social, a Comissão decidiu que esse caderno
702 deve ser atualizado periodicamente. Informa que houve apresentação pela Secretaria Nacional de
703 Assistência Social do status de implementação sobre o protocolo de gestão integrada de serviços,
704 benefícios e transferência no âmbito do SUAS, da Resolução CIT nº 07 de 2009 e o debate em torno
705 da sua revisão após a NOB/SUAS 2012. Pondera que a meta 1 é acompanhar a execução do

706 programa Bolsa Família e contribuir para o seu aprimoramento; a Meta 2 – Acompanhar a
707 concessão e a revisão do BPC e contribuir para o seu aprimoramento; a Meta 3 – Acompanhar a
708 concessão dos benefícios eventuais no âmbito do SUAS e contribuir para o seu aprimoramento; a
709 Meta 4 – Propor debate em torno da revisão do protocolo de gestão integrada de serviços,
710 benefícios e transferência de renda do âmbito do SUAS. **Item – Apresentação da Comissão de**
711 **Financiamento e Orçamento da Assistência Social.** O Conselheiro Fábio Moassab Bruni -
712 Secretária Nacional de Assistência Social/Representante do Ministério do Desenvolvimento Social
713 e Agrário - MDSA Telma e a Elise, que fizeram papel de coordenadora e coordenadora adjunta, não
714 encontram-se mais no conselho, por esse motivo o próprio Conselheiro figura como representante, e
715 apresenta a Comissão de Financiamento e Orçamento. Explica que a Comissão de Financiamento,
716 assim como as outras três, tem a natureza paritária e permanente, com oito participantes, sendo
717 quatro titulares e quatro suplentes como conselheiras governamentais, coordenando a Telma
718 Maranhão Gomes do MDS, a Elise Andreolla do Ministério da Previdência Social. E na sociedade
719 civil o Samuel Rodrigues do Fórum Nacional de População de Rua e a Patrícia Alves Vieira da
720 CTB. Como suplente a e a Maira do FONSEAS, e como suplentes da sociedade civil o Naelson da
721 UNEPE e a Carmen Lúcia Lopes Fogaça da ONEDEF. o registro dos conselheiros que na gestão
722 2014 – 2016 passaram pela comissão pelo MDS a Simone Aparecida Albuquerque que era Diretora
723 de Gestão do SUAS, a Fátima Aparecida Rampin da Previdência Social. E pelo FONSEAS Zilene
724 Santana da Silva Rabelo e Juliana Dantas Bezerra de Faria. E como representante da sociedade civil
725 que também passou pela comissão nesse período, Conselheiro Leovane Gregório do Conselho
726 Federal de Psicologia. Informa sobre os servidores que compõem o apoio administrativo e a
727 coordenação técnica da Comissão de Financiamento, o Sr. Becchara Miranda como coordenador
728 técnico da comissão, e a Suzany chefe de serviço; Luciléia Montalvão e Talita. Acrescenta que
729 trata-se de uma comissão que possui muitas competências regimentais ou reguladas em resoluções
730 anteriores que demonstram um pouco dos temas e datas sobre os quais serão apreciados para propor
731 a deliberação do pleno; apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser
732 encaminhada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e apreciar e avaliar os
733 relatórios trimestrais de execução orçamentária do Fundo Nacional de Assistência Social,
734 apresentados pelo MDS. Aprovação da proposta orçamentária, resoluções debatidas ao longo do
735 ano. A 23 de 2014 que aprovou a proposta orçamentária para o exercício seguinte, e a 07 de 2015
736 que aprovou os parâmetros da proposta orçamentária para a assistência social relativa ao orçamento

737 2016. A proposta orçamentária de 2016 foi discutida e materializada por meio da Resolução CNAS
738 10 de 2015, e os parâmetros da 17 foram deliberados no último pleno, é a 08 de 2016. E como
739 relatórios ao longo desse período, o relatório da execução do segundo trimestre do exercício de
740 2014, foi nº 24 de 2014, do terceiro trimestre foi a nº 30 de 2014. A que aprovou o relatório final da
741 execução do exercício de 2014 foi a nº 02 de 2015, que aprovou o primeiro trimestre do exercício
742 de 2015 foi a Resolução CNAS nº 05 de 2015, do segundo trimestre foi a 09 de 2015, e do terceiro
743 trimestre foi a 12 de 2015. A Resolução 03 de 2016 obteve relatório final aprovado da execução
744 orçamentária do fundo para o exercício anterior de 2015. Informa que também foi aprovada a
745 execução do primeiro trimestre do exercício de 2016 por meio da Resolução 05 de 2016, o qual
746 condiz com um documento elaborado em conjunto com a Secretaria Nacional de Assistência Social
747 e com o Fundo Nacional de Assistência Social que orienta parlamentares a elaborar emendas
748 parlamentares no orçamento, compondo os serviços, benefícios, programas e projetos. Avaliação do
749 balanço do Plano Plurianual de 2012 a 2015, e debate e elaboração do Plano Plurianual vigente de
750 2016 a 2019, a meta 1 é a discussão do ciclo orçamentário Plano Plurianual, lei de diretrizes
751 orçamentária e lei orçamentária anual da assistência social nas três esferas de governo. A meta 2 é
752 aprovar os critérios de transferência de recursos para os estados, municípios e Distrito Federal. Meta
753 3 – Desenvolver o plano de monitoramento de efetividade do investimento na assistência social.
754 Meta 4 – Apreçar e aprovar os relatórios trimestrais de execução orçamentária do Fundo Nacional
755 de Assistência Social. A 5 – Apreçar o relatório de execução orçamentária e financeira da ação de
756 funcionamento do CNAS. 6 – Capacitar os conselheiros da Comissão de Financiamento sobre
757 matéria orçamentária e financeira. E 7 – Discutir o ciclo orçamentário na intersectorialidade da
758 seguridade social. A Secretária-Executiva do CNAS Maria das Mercês orienta os Conselheiros
759 quanto a discussão e na indicação dos conselheiros para comporem as comissões no sentido delas
760 estarem oficialmente compostas, informa que quando o pleno quando retornar da reunião com os
761 nomes indicados para serem referendados e a Secretaria-Executiva providenciará a publicação,
762 rememora que as comissões temáticas estão previstas no regimento interno. Na oportunidade
763 esclarece também que os nomes são indicados no pleno, e o pleno que referenda a composição da
764 Comissão de Ética, inclusive o seu coordenador. Explica que o suplente no pleno também participa
765 como suplente nas comissões, todavia não há obrigatoriedade de acompanhar o titular na escolha
766 das comissões. O Coordenador Fábio Bruni questiona aos Conselheiros sobre qual Comissão deverá
767 ficar com o maior número de Membros. A Conselheira Célia entende que a Comissão de Política

768 deve ter mais membros como foi no exercício passado, pois esta Comissão aprecia praticamente
769 todos os assuntos. A Conselheira Carmem Fogaça defende que a Comissão de Acompanhamento
770 aos Conselhos possua o maior número de membros devido a sua importância, entende de que não
771 adianta a discussão política sem o efetivo acompanhamento aos Conselhos. O Conselheiro Benedito
772 concorda com a Conselheira Carmem. O Conselheiro Fábio Bruni concorda com a posição da
773 Conselheira Carmem, pois entende que o momento atual requer maior acompanhamento e
774 fortalecimento dos Conselhos Estaduais. A Secretária Executiva Mercês esclarece a diferença entre
775 a reunião descentralizada e a reunião regional, explica que as reuniões regionais acontecem nas
776 cinco regiões, e tem uma diferenciação marcante com relação à trimestral, porque discute e traz as
777 especificidades das regiões nas discussões de pauta, acrescenta que na realização da reunião
778 descentralizada e ampliada a pretensão do Conselho Nacional trata-se de deslocar-se para outra
779 região, e realizar uma reunião ordinária e com público normalmente de aproximadamente mil
780 pessoas, por fim esclarece que trata-se de uma reunião com característica de chamamento. Portanto
781 a reunião regional possui uma característica maior de reunião de trabalho, o Conselho Nacional
782 definiu que contempla em torno de sete representantes por estado, inclusive uma reunião que traz
783 uma dificuldade, porque cada estado tem que custear sua participação. **ENCERRAMENTO.** O
784 Coordenador Fábio Moassab Bruni encerra a reunião e delibera para almoço, convidando a todos a
785 retornarem às 14:00. **ABERTURA.** O Coordenador Fábio Moassab Bruni cumprimenta a todos e
786 reinicia a reunião. O Coordenador solicita a Secretária Executiva que confira o Quórum. A
787 Secretária Executiva Maria das Mercês saúda a todos e realiza a conferência do quórum,
788 Conselheiros a titularidade: Conselheira Mariana, conselheiro Alberto, conselheiro Fábio,
789 conselheira Célia, conselheiro Clodoaldo, conselheiro Carlos Nambu, conselheira Norma,
790 conselheira Maria José, conselheiro Rosângela, conselheira Carmen, conselheira Clátia, conselheiro
791 Benedito, conselheira Márcia Góes. Conselheiros na suplência: Conselheira Pedrina, conselheira
792 Laís, conselheira Maira, conselheiro Maurício, conselheira Silvia, conselheira Edna, conselheiros
793 Samuel, conselheiro Leovane, conselheiro Josenir, conselheira Dionara. **Item – Indicações dos**
794 **membros para compor as Comissões temáticas, indicações da Sociedade Civil e**
795 **Governamental.** Em seguida a Conselheira Norma Suely apresenta a composição das comissões
796 temáticas segundo o entendimento da Sociedade Civil: *“Comissão de normas: Silvia Ramires,*
797 *entidades; Mário Lúcio Souto Lacerda, trabalhadores; Tathiane Aquino de Araújo, usuários; Edna*
798 *Aparecida Alegre, entidades. Comissão de financiamento e orçamento da Assistência Social:*

799 *Carlos Nambu, entidade; Clodoaldo José Oliva, entidades; Joseni Teixeira, trabalhadores; Samuel*
800 *Rodrigues, usuário. Comissão de acompanhamento aos conselhos da Assistência Social: Luziana*
801 *Carvalho de Albuquerque, trabalhadores; Rosângela Maria Soares dos Santos, usuários; Norma*
802 *Carvalho, entidades; Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho, usuários; Clátia Regina Vieira,*
803 *trabalhadores; Leovane Gregório, trabalhadores. Comissão de política da Assistência Social:*
804 *Carmen Lúcia Lopes Fogaça, usuários; Benedito Augusto de Oliveira, trabalhadores; Maurício*
805 *Cunha, entidades; Elisa Maciel Costa, usuários. Comissão de ética Maria José Vasconcelos*
806 *Barreto Carvalho, usuários; Mário Lúcio Souto Lacerda, trabalhadores; Carlos Nambu, entidades.*
807 *Comissão de acompanhamento de benefícios e transferência de renda Samuel Rodrigues, usuários;*
808 *Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão, trabalhadores; Edna Aparecida Alegro, entidades.*
809 *Comissão de monitoramento das deliberações das conferências nacionais Clátia Regina Vieira,*
810 *trabalhadores; Norma Carvalho, entidades; Rosângela Maria Soares dos Santos, usuários. CIT:*
811 *Leovane Gregório, trabalhadores; Rosângela Maria Soares dos Santos, usuários. Comissão*
812 *nacional intersetorial para acompanhamento implementação do plano nacional de promoção,*
813 *proteção e defesa do direito à criança e do adolescente convivência familiar e comunitária, Norma*
814 *Carvalho. Comissão intersetorial do SINASE: Leovane Gregório. Grupo de trabalho*
815 *interministerial da saúde do sistema prisional, Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão.*
816 *Comitê nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, Rosângela Maria Soares Santos. Comitê*
817 *consultivo do grupo gestor PA Benedito Augusto de Oliveira, trabalhadores. Fórum Nacional de*
818 *Aprendizagem Profissional Silva Ramires, entidades.".* O Coordenador Fábio Bruni apresenta as
819 composições das Comissões temáticas no âmbito governamental: comissão de normas como
820 conselheiros titulares a Mariana e o Sérgio e como conselheiros suplentes o Antônio e o Sávio,
821 Sávio vai ser de acordo com o representante do COEGEMAS na nova gestão; Comissão de
822 financiamentos e orçamento da Assistência Social como conselheiro titulares, a Bárbara e o
823 conselheiro Alberto e como conselheiro suplentes, a Maira e a Mônica, indo para a comissão de
824 acompanhamento aos conselhos de Assistência Social como conselheiros titulares, conselheira
825 Solange, conselheira Márcia e conselheiro Fábio e como conselheiros suplentes a Dionara,
826 conselheira Pedrina e conselheira Isabel. Na comissão de política da Assistência Social como
827 conselheiros titulares a Célia e o conselheiro Otávio, como conselheiras suplentes a Maria Cristina e
828 a Conselheira Laís. Na comissão de ética, conselheira Célia, conselheiro Alberto e conselheira
829 Lúcia Marquim. Na comissão de acompanhamento de benefícios e transferência de renda

830 conselheira Laís, conselheiro Fábio e conselheira Pedrina e na comissão de monitoramento das
831 deliberações das conferências nacionais, como conselheiros titulares conselheira Márcia e a
832 conselheira mariana e como conselheira suplentes a Maira e a conselheira Dionara. Em seguida a
833 reunião foi suspensa por 15 minutos para ajustes nas indicações da Sociedade Civil. Ao retornar a
834 reunião a Conselheira Norma Suely apresenta algumas alterações nas indicações da Sociedade
835 Civil: titular Norma Sueli de Sousa Carvalho, entidades; segundo titular Benedito Augusto de
836 Oliveira, trabalhadores, permaneceram como suplentes Tathiane Aquino de Araújo Edna Aparecida
837 Alegro, a comissão de financiamento continua a mesma. Informa que a Comissão de
838 acompanhamento dos conselhos também houve mudança no terceiro titular, são titulares sendo
839 Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão, Rosângela Maria Soares dos Santos e Maria José
840 Vasconcelos Barreto Carvalho e três suplentes, complementa que na Comissão de Política a
841 Conselheira Clátia Regina Vieira substitui o Benedito Augusto de Oliveira. Posteriormente o
842 Coordenador Fábio Bruni sugere o seguinte encaminhamento: a discussão dos encontros regionais
843 na próxima reunião. **Item da proposta de pauta do 245ª reunião ordinária do CNAS.** O
844 Coordenador Fábio Bruni realiza a leitura da pauta: *“proposta de pauta 245ª reunião ordinária do*
845 *CNAS, 12, 13 e 14 de julho de 2016, Brasília DF, dia 12 de julho de 2016, reuniões das comissões*
846 *temáticas e presidência ampliada das 9h às 16h reuniões das comissões de acompanhamento aos*
847 *conselhos da Assistência Social, de política da Assistência Social, de financiamento e orçamento da*
848 *Assistência Social, de normas da Assistência Social e das 16h às 19h presidência ampliada e*
849 *comissão de ética. Dia 13 de julho de 2016 plenária, das 9h à 9h30 aprovação das atas 243ª e 244ª*
850 *reuniões ordinárias do CNAS e da pauta 245ª reunião ordinária do CNAS, das 9h30 às 12h*
851 *informes da presidência, a secretaria-executiva, MDSA, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e*
852 *conselheiros, 14h às 15h funcionamento do CNAS e secretaria executiva do CNAS, 15h às 18h a*
853 *definir, 14 de julho de 2016 plenária das 9h às 10h relato da presidência ampliada. 10h às 11h*
854 *relato da comissão de acompanhamento da aos conselhos da Assistência Social, 11h às 12h relato*
855 *da comissão de financiamento de orçamento da Assistência Social, 14h às 15h relato da comissão*
856 *de ética, 15h30 às 17h relato da comissão de política da Assistência Social, 17h às 18h relato de*
857 *comissões de normas da Assistência Social.”. **Encaminhamentos:** que a professora Maria Luiza*
858 *Rizzotti seja convidada para a próxima reunião. **Item - o papel dos conselheiros do exercício do***
859 ***controle social e as atribuições do conselho no contexto da democracia participativa,***
860 ***convidada doutora Eleonora Schettini professora do departamento de ciência política da***

861 **UFMG, doutora em ciência política UFMG principais áreas de pesquisa e trabalho teoria**
862 **democrática, participação, políticas públicas, assistência social.** Com a palavra, a Professora
863 Eleonora Schettine – Professora do Departamento de Ciência Política da UFMG, que discorre que o
864 principal papel do CNAS será de guardião das conquistas da Assistência Social, frisa que o
865 Conselheiro deve representar o seguimento e não interesses próprios, e a opinião pública quem
866 controla e monitora as ações dos Conselheiros e que uma resolução desse conselho vira regra a ser
867 seguida por quem está submetido a essa decisão. Explana que as democracias se organizam numa
868 tensão permanente entre a confiança naqueles escolhidos para representarem outros interesses. Toda
869 a ética que está por trás da política nacional de assistência social, das NOBs SUAS e RH, da LOAS
870 e de toda a regulamentação da Assistência Social clama por atenção ao interesse público, entende
871 que o CNAS inclusive presenciou momentos constrangedores em 2008 quando ficou claro que
872 havia conselheiros que não agiam em nome do interesse público. Pondera sobre a importância da
873 participação e acompanhamento do Conselho na CIT, tendo em vista que a CIT realiza decisões
874 mais operacionais do SUAS, como articulação interfederativa, como base para o SUAS seja
875 colocado em prática. Informa que em 2013 foram eleitos no Brasil 56.810 vereadores e tivemos
876 93.017 conselheiros esse dado mostram que há de verdade uma alteração na estrutura do estado
877 brasileiro quando institui conselhos com poder deliberativo da forma como existe hoje no Brasil,
878 ocorre de muitas câmaras municipais se incomodam com a existência de conselhos. Considera
879 importante para assegurar o exercício do controle social é o que denomina-se na teoria política de
880 “inclusão”, onde incluir a pluralidade do ponto de vista de que as pessoas não devem pensar igual, o
881 respeito a diversidade, a diversidade das opiniões, mas também das opções que as pessoas fazem.
882 Assevera sobre o cuidado com a acessibilidade no seu conteúdo mais amplo possível, talvez pela
883 característica da Assistência Social ser um espaço de controle social precisa assegurar a liberdade
884 de expressão, uma liberdade de expressão no sentido mais liberal possível. Entende que o Conselho
885 deve se permanecer com a maior participação democrática e porque sem transparência não se faz
886 controle social, considera que segredos de Estado que não podem vir a público é típico de ditadura
887 num estado democrático não se espera em momento algum que as informações sejam negadas.
888 Assevera que a população precisa ouvir dos Conselheiros, e com urgência, qual é a posição desse
889 conselho em relação à conjuntura atual onde o risco do desmonte de uma série de políticas sociais
890 está acontecendo, que está ocorrendo não só por uma opção de governo, mas também por uma
891 participação da sociedade que diz que precisa reduzir o apoio que se tem dado nos últimos anos a

892 essa população, que nos últimos 500 anos foi absolutamente subalternizada na sociedade, e que essa
893 posição seja amplamente divulgada na imprensa, dentre as redes sociais, dentre a comunidade de
894 política da Assistência Social, pois esse posicionamento que dará a direção para milhares de
895 conselheiros, aproximadamente 100.000. Acredita que esse posicionamento proporcionará para os
896 600.000 trabalhadores da Assistência Social o alento de continuar a luta na todos da área se
897 encontram há mais de trinta anos. A Conselheira Maira Leiliane reforça a importância da fala da
898 professora. O Conselheiro Alberto Albino solicita maiores reflexões sobre a representatividade que
899 não foca nos interesses da sociedade. A Conselheira Mariana de Sousa questiona se há alguma
900 sugestão relacionada a maior efetividade da comunicação externa e entre os Conselheiros. A
901 Professora Eleonora esclarece que os Conselheiros devem interagir com as redes sociais, para
902 ampliar a comunicação, não apenas a Secretaria Executiva mas de todos os Conselheiros,
903 interagirem mais em *blogs, facebook* e fóruns de discussão. Explana sobre o preconceito que até
904 mesmo trabalhadores da assistência possuem para com os usuários, que essa situação serve como
905 observação e questionamento pessoal, para indagar-se até que ponto está sendo reproduzido o
906 modelo social de preconceito. Finaliza elogiando a equipe do MDS por ter realizado um grande
907 trabalho durante todos esses anos, pois o MDS foi um dos poucos Ministérios que houve
908 reconhecimentos e avanços. Após debate e esclarecimentos o Coordenador agradeceu a presença da
909 convidada e passou a analisar o ponto seguinte. **Item - indicação dos representantes do Conselho**
910 **Nacional do convite do CEAS Minas Gerais.** O Coordenador esclarece que os Conselheiros
911 indicados deverão ter conhecimento amplo do debate realizado na elaboração do processo de
912 conferência e do plano decenal. O seguimento governamental indicou o Conselheiro Fábio Moassab
913 Bruni tendo em vista sua participação na Comissão Organizadora da X Conferência, e o seguimento
914 da Sociedade Civil indicou a Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos – Representante do
915 Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA. **ENCERRAMENTO.** Nada
916 mais havendo a tratar, o Coordenador agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a
917 Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e,
918 depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata, aprovada em reunião de nove de
919 junho de dois mil e dezesseis.